

Terceiro setor e futuros possíveis para as mulheres

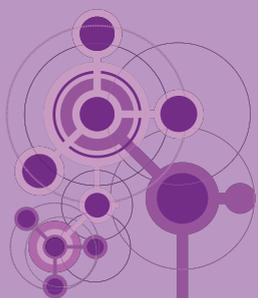
Third sector and possible futures for women

Tercer sector y posibles futuros para las mujeres



Daiany Mayara de França Saldanha

- Mestranda em Mudança Social e Participação Política pela USP.
- Fundadora do Instituto Esporte Mais.
- daianydefranca@gmail.com



Resumo

O texto narra a trajetória de vida da autora, bem como suas vivências como empreendedora social no terceiro setor. Nesse âmbito, questiona onde estão as mulheres nesse campo do trabalho, em especial as mulheres negras. Para tanto, usando sua própria história como pano de fundo, traz pesquisas e estudos que dão a dimensão da falta de espaço, representatividade e voz das mulheres (negras, lésbicas, periféricas) no terceiro setor, em especial em posições de comando e decisão. Por fim, a autora conclui o texto com uma provocação e um chamado para agir de modo diferente, a fim de criar novos futuros possíveis para as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: TERCEIRO SETOR • EMPREENDEDORISMO SOCIAL • EMPODERAMENTO FEMININO • ONG • MULHERES NEGRAS.

Abstract

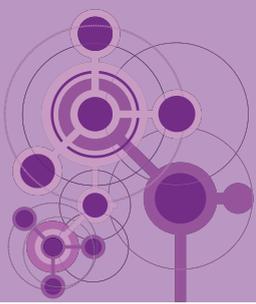
This essay outlines the author's life trajectory, including her experiences as a third-sector social entrepreneur. In this context, she questions where women, and especially Black women, are in this field. Using her own history as a background, she discusses research and studies that dimension the lack of space, representativeness, and voice of women (Black, lesbians, vulnerable) in the third sector, especially in positions of command and decision. Finally, the author concludes with a call to different action to create new possible futures for women.

KEYWORDS: THIRD SECTOR • SOCIAL ENTREPRENEURSHIP • WOMEN'S EMPOWERMENT • NGO • BLACK WOMEN.

Resumen

Este texto narra la trayectoria de la autora, con sus experiencias como emprendedora social en el tercer sector. En este contexto, cuestiona dónde se encuentran las mujeres en este campo de trabajo, especialmente las mujeres negras. Tomando como telón de fondo la propia historia de la autora, aporta investigaciones y estudios que muestran la dimensión de la falta de espacio, representación y voz de las mujeres (negras, lesbianas, periféricas) en el tercer sector, principalmente en las posiciones de mando y decisión. Finalmente, concluye con una provocación y un llamado a actuar diferente, para crear nuevos futuros que sean posibles para las mujeres.

PALABRAS-CLAVE: TERCER SECTOR • EMPRENDIMIENTO SOCIAL • EMPODERAMIENTO FEMENINO • ONG • MUJERES NEGRAS.



INTRODUÇÃO

Nasci em 1988, no período pós-ditadura militar no Brasil¹, e cresci nos anos 1990, década de franco crescimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) brasileiras, popularmente conhecidas como Organizações Não Governamentais (ONG). Eu ainda não sabia, mas as ONG teriam papel e atuação fundamentais na minha vida anos mais tarde.

Assim, por meio deste depoimento, quero convidá-las a navegar pela minha história e a conhecer minhas principais experiências empreendedoras, bem como apresentá-las ao terceiro setor, como é conhecido esse segmento da sociedade que congrega associações, fundações e entidades que atuam pelo bem-estar coletivo e social; em especial o terceiro setor da/para as mulheres negras, lésbicas e da periferia do país. Em resumo: um caminho cheio de possibilidades, ausências e desafios.

RESILIÊNCIA QUE VEM DE BERÇO

Quando minha avó Maria Lucila tinha 22 anos e estava grávida, pela terceira vez, da minha mãe, ela foi abandonada pelo marido e então se viu jovem com três meninas para criar sozinha: Creusa, minha tia mais velha, Vânia, e minha mãe, Valdenia. Ela, minha avó, não tinha muito o que fazer, a não ser seguir em frente com toda a valentia típica de uma mulher pobre e nordestina.

Pouco tempo depois, minha avó casou-se novamente, com um homem 34 anos mais velho, com quem teve mais três filhas: Arlene e Arlete, gêmeas, e Arlinda, a caçula. Tia Arlete morreu quando tinha pouco mais de um ano de vida, vítima de bronquite asmática. Como é de se imaginar, a vida delas não foi fácil. Foi marcada pela escassez, o machismo e a truculência do patriarcado, mas a bravura dessas mulheres, presente em cada ação, sempre me inspirou a enfrentar meus desafios com coragem, resiliência — e uma boa pitada de humor.

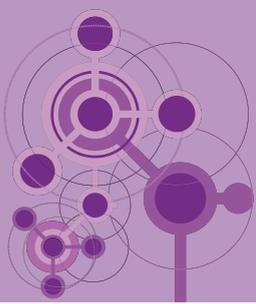
Minha avó ainda chegou a se casar pela terceira vez, em 1994, pois em 1988, ano que nasci, ela ficou viúva do segundo marido. Foi seu terceiro companheiro, o Seu Chagão, que conheci como avô. Por conta do novo casamento, minha avó, com quem eu passava a maior parte do tempo, acabou se mudando para Itaitinga, município da região metropolitana de Fortaleza, onde vive até hoje. Meu avô, que infelizmente faleceu em 2021 de uma doença agravada pela Covid-19, já não está mais entre nós, mas guardo com muito carinho todos os momentos e férias que passamos juntos. Ele foi um grande homem, muito divertido e afetuoso.

Minha mãe conta que não me mudei para a casa de minha avó porque a escola era melhor em Morada Nova, então fiquei com ela, que estava grávida do meu irmão do meio, Marcelo.

A vida da minha mãe, assim como a da minha avó, também teve inúmeras adversidades. Além de ter sido abandonada por seu progenitor, ela cresceu ao lado de um padrasto autoritário e demasiadamente rígido, de quem apanhou bastante.

Assim como minha avó, minha mãe foi mãe solo. Meu pai biológico não chegou a fugir como meu avô biológico fez, mas também nunca assumiu suas responsabilidades como pai. Cresci marcada pelo “NC” de “Não Consta” nos documentos de identidade. Infelizmente, essa é uma triste realidade das mulheres do Brasil, país que, entre 2016 e 2021, registrou mais de 16 milhões de nascimentos, sendo 5,33% (859,3 mil) registrados sem o nome do pai. Os dados são da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen).

¹ A ditadura militar brasileira foi o regime instaurado no Brasil de 1964 e que durou até 1985, sob comando de sucessivos presidentes militares.



Mas a vida foi generosa e me deu um pai maravilhoso, Milton Júnior, que me criou desde “sempre”. Pouco tempo após ter nascido minha irmã mais nova, Manuella, em 1999, ele atualizou minha certidão de nascimento e me deu seu sobrenome, para que ninguém mais tivesse dúvidas, principalmente sua família, de que ele era pai dos três.

Não sei ao certo quando eu soube dessa história, mas eu sempre soube. E ela, de certa forma, sempre me impulsionou a olhar para o mundo com um olhar “revolucionário”. Como disse Bell Hooks em *Living to love*, o amor cura e por meio dele é possível transformar o presente e sonhar o futuro:

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura.

O ENCONTRO COM O SOCIAL

Sobre a escola, minha mãe tinha razão. Morada Nova era “famosa” no Ceará por ter uma boa educação pública. Estudei praticamente todo o Ensino Fundamental, exceto a primeira série, na Escola de Ensino Fundamental e Médio Egídia Cavalcante Chagas, uma escola pública estadual que oferecia muitas atividades extracurriculares de esportes, artes, cultura e lazer. Estudar na Egídia, uma escola que vivia um grande momento desde o processo de abertura democrática nas escolas públicas estaduais cearenses, me fez crescer com o desejo de conhecer o mundo e impactar positivamente sobre ele. Entre as tantas oportunidades dentro da escola, acabei me dedicando mais ao teatro de rua e aos esportes², experiências corporais que me levaram a escolher, anos mais tarde, Educação Física como curso superior.

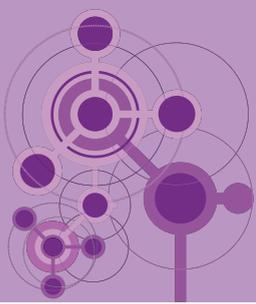
Foi por conta do teatro que tive meu primeiro contato com as questões sociais, no início dos anos 2000, quando participei da campanha de vacinação contra a poliomielite da prefeitura de Morada Nova e, depois, de uma peça em prol da prevenção e conscientização de combate à dengue.

Aos 15 anos, por motivações profissionais do meu pai, nos mudamos todos para Fortaleza. Agora, na nova cidade e no novo bairro que, vale a pena destacar, ficava a somente 15 minutos da casa da minha avó, conheci uma associação de moradores do território, Ação Solidária de Integração Social (ASIS), que apoiava um time de futsal feminino e promovia projetos sociais. Perfeito para mim. Não demorou muito e eu comecei a participar da organização como voluntária em ações esportivas e culturais. Depois disso, nunca mais parei.

Em 2006, naturalmente, prestei vestibular para Educação Física e ingressei no curso de licenciatura plena da Universidade Estadual do Ceará (UECE), me tornando a primeira pessoa da minha família materna a conquistar uma vaga na universidade pública, o que tornava tudo ainda mais extraordinário. Foi uma conquista de todas.

Durante a graduação, me dediquei a conhecer a Educação Física nas suas mais variadas possibilidades de atuação, como atividades de aventura na natureza, saúde, *marketing*, eventos, corridas de rua, educação física escolar e área *fitness*. Participei de projetos de extensão, criei empresa júnior, chamada Supernova, um jornal universitário chamado *Salto na Notícia* e me envolvi com a Atlética, organização universitária dedicada à organização de eventos e competições esportivas. Literalmente, fiz de tudo um pouco, pois queria ter certeza de que escolheria o campo de atuação que me deixaria mais feliz e realizada.

² Lembro-me de que minha mãe não gostava que eu “jogasse bola”, mas, em relação a isso, sempre fui desobediente



E essa “resposta” veio cedo. No segundo ano do curso, fui convidada por uma amiga para ser educadora de teatro de um projeto social da Prefeitura de Fortaleza: foi quando assinei minha carteira de trabalho pela primeira vez, em 2008. Nesse mesmo projeto comecei a ser educadora de futsal feminino. Depois, fui voluntária e fiz estágios em outros projetos sociais esportivos, principalmente do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura de Fortaleza.

Em 2013, após dois anos de formada, fui convidada para assumir a coordenação de um projeto que mudaria por completo minha vida e carreira profissional.

EMPREENDEDORA SOCIAL

Tendo em vista a realização dos megaeventos esportivos realizados no Brasil entre 2007 e 2016, muitas organizações nacionais e internacionais aproveitaram a oportunidade para implementar projetos esportivos com foco no desenvolvimento humano, como a Cooperação Alemã³, que realizava no nosso país o programa setorial “Futebol para o Desenvolvimento” e, mais tarde, o “Esporte para o Desenvolvimento”, com a finalidade de utilizar o “potencial do esporte” para, por exemplo, combater a violência urbana. À vista disso, fui convidada por essa cooperação internacional para coordenar o projeto “Festivais da Bola” em Fortaleza e, em sequência, coordenar a disseminação do método pedagógico “Treino Social”⁴ por todo o Brasil e em Moçambique.

Trabalhei com a Cooperação Alemã de 2013 a 2018, ciclo fundamental para a minha transformação como pessoa e profissional. Conheci muitos projetos e pessoas transformadoras, o que me levou a coorganizar, em 2018, o livro “Projetos Sociais para Crianças e Adolescentes”⁵. Entre 2015 e 2016, representando a Cooperação Alemã, cooperei com o extinto Ministério do Esporte (ME), na Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, para colaborar com a elaboração de um projeto de política pública. Devido ao golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, a parceria com o ME foi interrompida e não conseguimos concluir o trabalho.

O impacto desse trabalho foi tão grande na minha vida que, ainda no seu início, em 2014, vislumbrando aproveitar as conexões e oportunidades geradas, fundei o Instituto Esporte Mais (IEMais), a fim de transformá-lo em um dos protagonistas da difusão do “Treino Social” e do “Esporte para o Desenvolvimento” no Brasil.

Mas, com o Instituto Esporte Mais, fomos além. Em 2015, abraçamos a causa do empoderamento de meninas e mulheres e criamos o projeto “Transformando Gols em Aprendizagem (TGA)”, hoje chamado de “Futebol pela Igualdade”. Ancorado em três pilares — esporte, educação e empoderamento —, o projeto já impactou mais de 2 mil mulheres das periferias de Fortaleza.

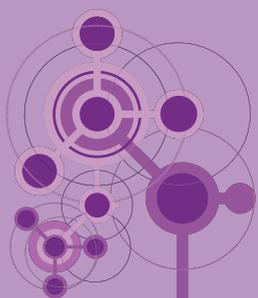
Os principais impactos percebidos na vida das meninas e mulheres, são:

- aumento da autoestima e autoconfiança;
- aumento dos anos de educação;
- aumento da renda individual;
- mais meninas e mulheres com acesso ao esporte;

3 O Brasil é um importante parceiro da Alemanha, sendo o país protagonista da América do Sul. Juntos, os dois países mantêm uma parceria de muitos anos, desde os anos 1960, na busca por desenvolvimento sustentável e enfrentamento de desafios globais.

4 Método pedagógico que visa a abordagem integral do indivíduo, por meio do ensino do esporte, e foca em competências e habilidades de cinco naturezas: emocional, social, física, técnica e tática. Saiba mais em: <https://socioemocionais.esportemais.org/treino-social>

5 É possível acessar a versão digital do livro. SALDANHA, D. F.; GONZALEZ, R. H. (org.). *Projetos Sociais para crianças e adolescentes*. Juiz de Fora: Garcia, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zjk9CZG-1On2UdSdkAQe3fLPqngoDfxJ/view>. Acesso em: 27 jan. 2023.



- mais meninas e mulheres praticando esporte (permanência);
- mulheres mais felizes e realizadas, protagonistas de suas próprias vidas;
- mais mulheres que conhecem seus direitos e compreendem como quebrar o ciclo da violência doméstica.

Desde 2017, o IEMais é liderado por quatro mulheres: Gioconda Paula, Jessyca Rodrigues e Patrícia Távila, além de mim. A Jessyca está no instituto desde o início. Já a Patrícia, começou a trabalhar no IEMais em 2015, como professora do TGA. Gioconda, por sua vez, chegou ao instituto como beneficiária, em 2016.

No instituto, além de atender meninas e mulheres, realizamos aulas de esportes para crianças, festivais esportivos e capacitação de gestores, professores e treinadores de projetos esportivos. Entre 2014 e 2021, nossos projetos e atividades já alcançaram mais de 45 mil pessoas.

A VIRADA DE CHAVE

Em 2018, depois de uma viagem por Moçambique, África do Sul e Alemanha, oportunizada pela Cooperação Alemã, decidi me mudar para São Paulo, pois já há algum tempo era meu sonho ingressar no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PRoMuSPP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), objetivo que alcancei um ano mais tarde.

Em São Paulo, trabalhei pouco mais de um ano trabalhando no Instituto Rede Mulher Empreendedora, em que liderei o Programa Ela Pode, realizado com o apoio do Google, programa que, durante esse período, capacitou aproximadamente 50 mil mulheres de todo Brasil em empreendedorismo. Após esse período, decidi trabalhar com fortalecimento institucional de ONG.

Muitas mulheres que encontrei nesse percurso eram empreendedoras sociais, fundadoras de ONGs, com desafios particulares, que nem sempre os conteúdos e assuntos gerais de empreendedorismo davam conta de resolver.

Esse foi um grande “encontro” na minha vida pois, durante toda minha trajetória, como puderam acompanhar por meio deste texto, estive envolvida com as ONG. Até fundei uma. Então, de certa forma, foi e é fácil trabalhar com a capacitação e o desenvolvimento de ONG e empreendedores sociais. É um “lugar” que me deixa muito confortável e realizada.

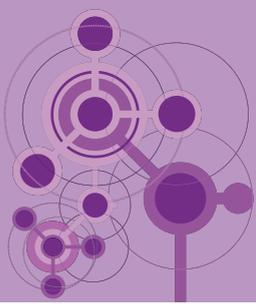
Mas, apesar da paixão, há questões muito sensíveis sobre as quais precisamos falar.

AS MULHERES E O TERCEIRO SETOR

Onde estão as mulheres no terceiro setor? Aparentemente, elas são maioria, mas o que isso quer dizer?

O estudo *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil*, relativo ao ano de 2017, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que as mulheres são sim maioria no terceiro setor: elas representam 65% das pessoas assalariadas no setor sem fins lucrativos (Lopez, 2018).

Corroborando esse estudo, a pesquisa *Perfil das Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público em Atividade no Brasil*, também do Ipea (2020), apresenta que as mulheres são as mais empregadas pelas ONG que têm títulos



de Organização Social (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip): cerca de 72% nas OS e 64% nas Oscip (Escudero et al., 2020).

As mulheres também são mais propensas a realizarem doações, de acordo com a pesquisa *Brasil Giving 2021: Um retrato da doação no Brasil* (Charities Aid Foundation; Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2022), e fazem mais trabalhos voluntários do que os homens, segundo a publicação *Outras formas de trabalho*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019).

Mas é importante dizer que, apesar de serem maioria, a participação das mulheres no terceiro setor não se reflete em representatividade.

O terceiro setor é um microscópio da nossa sociedade, ou seja, também apresenta disparidades salariais entre homens e mulheres; barreiras em relação à cor, etnia, gênero e sexualidade; discriminação em relação às mulheres que são do Norte ou Nordeste; mais obstáculos quando se trata de as mulheres ascenderem a cargos de gestão e liderança; assédio e outras violências de gênero.

Historicamente, as mulheres exercem ocupações que remetem ao cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente. E a primeira pesquisa do Ipea que citei neste texto confirma essa reflexão em relação ao terceiro setor:

em relação às ocupações, auxiliares de escritório, assistentes administrativas, faxineiras, bem como as atividades vinculadas à enfermagem, totalizam mais de um terço dos vínculos de trabalho em OSCs. (Lopez, 2018, p. 23)

Na pesquisa do IBGE (2016, p. 57), *Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil)*, vemos que as mulheres ganham em média 76% da remuneração dos homens. Sobre remuneração, o levantamento da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) sobre a empregabilidade das pessoas negras em ONG apresentou que:

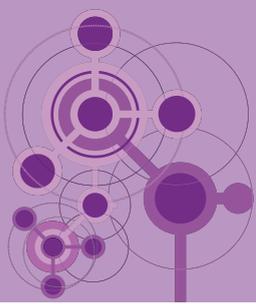
enquanto os homens brancos têm a maior participação (44,92%) na faixa dos salários mais altos – mais de 20 salários-mínimos – as mulheres negras são a maioria nas faixas que representam os menores salários. As mulheres brancas, com maior participação na faixa média – de meio a três salários-mínimos –, ganham mais que os homens negros e as mulheres negras. (ABONG, 2020, p. 5)

Quando falamos de cargos de lideranças, ainda que exista uma aparente paridade entre homens e mulheres no terceiro setor (e aqui é aparente mesmo, porque quando falamos de “Brasis” não podemos olhar somente para o Sudeste), as mulheres negras são sub-representadas (Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 2020).

E se quisermos olhar dados do terceiro setor sobre mulheres lésbicas, bi, trans e travestis (LBTT), mulheres com deficiência, indígenas e quilombolas ou mulheres de outros grupos minorizados, não encontraremos dados. Se encontrarmos, serão provavelmente dados restritos e enviesados, deixando evidente que as mulheres até podem ser maioria no terceiro setor, mas falta representatividade.

PROVOCAÇÃO FINAL

E aqui, retorno à minha trajetória. Como mulher negra, nordestina e lésbica, representante de um setor com mais de 800 mil ONG, não posso aceitar que seja natural a falta de representatividade revelada neste texto. Certamente, muitas mulheres ficam pelo caminho – se for por escolha, nenhuma ponderação a fazer, mas o que temos visto não são escolhas, e sim imposições como aquelas feitas à minha avó, minhas tias e minha mãe.



Em todos esses anos de experiência, tive a oportunidade de conhecer muitas histórias, não apenas as que estou contando aqui. Ouvei e presenciei inúmeras mulheres que gostariam de ter tido voz, mais visibilidade para suas iniciativas; que gostariam de ter construído outros futuros para si e seus coletivos.

E eis aqui a provocação final do meu texto: que futuros estamos construindo para as mulheres; no contexto aqui discutido, para as mulheres do terceiro setor? Tenho uma pista: precisamos de mudança.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. *Estudo "Quantos somos?"*. Associação Brasileira de ONGs. 2020. Disponível em: <https://abong.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Pesquisa-Abong-Quantos-Somos-1.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

Charities Aid Foundation; Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. *Brasil Giving 2021: Um retrato da doação no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/brasil-giving-2021-um-retrato-da-doacao-no-brasil>. Acesso em: 31 ago. 2022.

ESCUADERO, Camila; RIBEIRO, Ana Camila; ANDRADE, Pedro; MELLO, Janine (orgs.). *Perfil das organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público em atividade no Brasil*. Brasília, DF: Ipea, 2020.

Grupo de Institutos Fundações e Empresas. *Censo GIFE 2020*. 2021. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2020>. Acesso em: 31 ago. 2022.

HOOKS, Bell. Living to love. In: HOOKS, Bell. *Sisters of the yam: black women and self-recovery*. 2. ed. London: Routledge, 2014. p.231-46.

IBGE. *Outras formas de trabalho*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101722>. Acesso em: 31 ago. 2022.

IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

LIMA, Gabriela Bezerra. *A publicidade do terceiro setor nas redes sociais digitais: o contrato de comunicação bidirecional*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10887/1/mestrado_GabrielaLima_040312_01.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

LOPEZ, Felix Garcia (org.). *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília, DF: Ipea, 2018.

SILVA, Tomé e.; NEVES, Sinara Mota. *O ensino da arte como instrumento de uma gestão democrática*. Curso de PROGESTÃO, Secretaria de Educação Básica do Estado, Universidade Estadual do Ceará e Universidade do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <https://apeoc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Artigo.PROGESTAO.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Artigo recebido em 26/01/2023 e aprovado em 26/01/2023 .